



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Secretaria Nacional de Justiça
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação
Coordenação De Enfrentamento ao Tráfico De Pessoas

**RELATÓRIO IV REUNIÃO TÉCNICA DE NÚCLEOS DE ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS E POSTOS AVANÇADOS**

Atividade: apresentação das autoridades e da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

- 1) Boas vindas à Rede de Núcleos e Postos. Mesa composta por:
João Granja - Secretaria Nacional de Justiça/MJ
Fernanda dos Anjos - DEJUS/SNJ/MJ
Mariana Carvalho – CETP/DEJUS/SNJ/MJ
Francisco George Beserra - Secretaria de Direitos Humanos/PR
Ana Luiza Moraes Patrão – CETP/DEJUS/SNJ/MJ
- 2) Foi apresentada à Rede de Núcleos e Postos a nova coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira.
- 3) Com auxílio do power point, a equipe da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas se apresentou, bem como fez um breve relato a respeito de suas atividades na Coordenação.
- 4) Ana Luiza apresentou a programação do evento e fez agradecimentos especiais à equipe da CETP.
- 5) Alguns informes iniciais foram dados à Rede de Núcleos e Postos. Dentre os principais pontos, destaca-se:
 - **II PNETP:** encontra-se no processo final de aprovação no sistema SIDOR pelos Ministérios envolvidos no II Plano. A minuta de Decreto aprova o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, institucionaliza o espaço de diálogo no governo federal com a criação do Grupo Assessor de Monitoramento e Avaliação do II PNETP (composto pelos Ministérios deste GTI e seus parceiros) e cria o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em um formato intersetorial de diálogo com Conselhos Nacionais de interlocução com a temática.
 - **CPI do SENADO sobre Tráfico de Pessoas:** o relatório parcial da CPI está disponível para consulta pública. A Senadora Relatora da CPI solicitou apresentação de contribuições ao relatório parcial, até junho de 2012, prazo de término da CPI. Informou também que houve ampliação da agenda da CPI para o fenômeno do tráfico de migrantes haitianos ao Brasil.
 - **Workshop sobre legislação em ETP:** desde o I Plano, a discussão sobre a necessidade de fortalecimento da legislação sobre o tráfico de pessoas ganha relevância no cenário nacional. Nesse sentido, a CETP vem realizando diálogos para recuperar essa memória e produzir contribuições ao texto legislativo e formação de consensos dentro do governo federal sobre o tema em questão. Desses diálogos, foram produzidas, por meio de sínteses, memórias das reuniões que estão sendo compartilhadas com a Rede de Núcleos e Postos para ampliar os conceitos e consensos das melhores estratégias e modelos e que

servirão como devolutiva ao poder legislativo. A nova lei de migrações, por exemplo, será importante, dentre outros aspectos, para melhorar o atendimento humanizado às vítimas, sem que com isso se reduza a importância de se unir esforços para a criação de uma lei geral sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

- **UNODC - CNJ:** Informe do UNODC de que em parceria com o CNJ, e com recursos obtidos da sede em Viena, estão realizando uma pesquisa sobre as sentenças judiciais no Brasil que tratam do tema para compor o *Case Law Data Base* deste organismo internacional.

- **Projetos:**

- **ENAFRON**

Já está com o orçamento liberado para a realização de suas ações para 2012, por parte da Presidência da República. Pretende-se, para 2012, a realização de um diagnóstico de fronteiras (pesquisa qualitativa). Esta pesquisa auxiliará nas estratégias nacionais para a formulação e monitoramento de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas nas regiões de fronteiras. A pesquisa deve ajudar a integrar os parceiros nacionais, estaduais e municipais em torno da temática e, ainda, contribuir para a construção de diretrizes para a criação dos postos avançados de atendimento humanizado ao migrante nas cidades gêmeas. Há a previsão de implementação de 10 novos postos nas cidades gêmeas, até 2014, em parceria com Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

- **COPA SEM TRÁFICO**

É um projeto que a SNJ apresentou para captação de recursos junto a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ, visando a inclusão de novas ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas no âmbito dos grandes eventos. O projeto teve boa aceitação, contudo, o corte orçamentário realizado este ano não possibilitará a realização da parceria para a implementação do projeto no de 2012. Todavia, o processo de aproximação e diálogo com a SESGE/MJ foi iniciado de forma satisfatória.

- **EVENTOS JÁ AGENDADOS PARA 2012**

* Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em Goiânia/GO (14 e 15 de maio).

* Seminário sobre Cooperação Jurídica Internacional como Ferramenta para o ETP, em Brasília/DF (30 de maio).

* Diálogos Setoriais Brasil – União Européia, em Brasília/DF (31 de maio e 1º de junho).

* Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Porto Alegre / RS (16 a 18 de junho).

- **PARCERIAS**

- **INFRAERO**

Foi realizada reunião da SNJ com a Infraero, em Brasília. Reunião que surgiu de demanda da própria Rede de Núcleos e Postos. O superintendente de gestão operacional da infraero, Marçal Rodrigues Goulart, demonstrou que está sensibilizado para o tema, tendo estado envolvido, inclusive, com a implementação do Posto de Guarulhos, quando era superintendente do Aeroporto de Guarulhos à época. Foi registrado a situação de alguns aeroportos em processo de “privatização”, em especial Guarulhos, Campinas e Brasília, de modo que, em junho, o CETP terá nova conversa sobre os possíveis efeitos da privatização nos espaços dos aeroportos. A Infraero está disposta a se posicionar a favor da continuação das atividades dos postos de atendimentos nos aeroportos a serem “privatizados”, lembrando que a mesma poderá colaborar com a divulgação de campanhas, disponibilizando serviços e espaços presentes nos aeroportos. Por fim, a Infraero colocou-se a disposição para discutir a ampliação dos espaços dos postos em aeroportos, de acordo com as necessidades de cada caso e a partir da apresentação de diagnósticos para tal.

- **PROJETO “VIRA VIDA / SESI”**

A assessoria do SESI nacional reuniu-se com a SNJ para apresentar o projeto e solicitar colaboração para envolver a Rede de Núcleos e Postos no Projeto. Objetivo: prevenção contra o abuso e a exploração sexual, oportunidade de capacitação e mercado de trabalho. Público-alvo: jovens de 16 a 27 anos. O projeto está sendo executado em 16 estados, mas ainda não há mecanismos eficientes que viabilizem o encaminhamento das crianças e adolescentes, vítimas de abuso e exploração sexual, ao Projeto. Com isso, o SESI vem se mobilizando para que o “Vira Vida” torne-se à rede de proteção às crianças e adolescentes.

- **COOPERÇÃO INTERNACIONAL**

- **PRODOC – UNODC**

Ações em andamento: consultoria para metodologia de integração de coleta de dados criminais e diálogo com parceiros nacionais diversos. Além disso, seleção de consultor para mapeamento de redes e fortalecimento informações.

E consultoria especializada de capacitação para desenho da matriz de formação em ETP.

- **MERCOSUL**

É um parceiro da maior importância e tem se configurado como ator estratégico para cooperação internacional em ETP.

Aprovação do projeto MIEUX, Fundo Europeu para Migrações, envolvendo Argentina e Brasil e o ICMPD Bruxelas. Objetivo: contratar especialistas para elaborar diagnóstico dos cenários dos dois países sobre a estrutura de coleta de dados criminais.

- **Proposta para o Fundo Europeu**

O governo brasileiro submeteu propostas para a captação de recursos para um

projeto estratégico para fronteiras no tema de ETP.

○ **Projeto ITINERIS**

Boas vindas à nova contratada do ICMPD, a oficial de projeto, Joana Barbosa, presente no evento, que passa a ser o ponto focal do ICMPD, no Brasil. As pesquisadoras do Projeto Itineris: Ofélia Ferreira da Silva, Cássia Rosato e Adriana Andrade também estiveram presentes ao longo do evento. Foram repassados, mais uma vez, todos componentes do Projeto Itineris. Aproveitou-se a oportunidade para informar à Rede de Núcleos e Postos que em virtude da realização dos cortes orçamentários para o ano de 2012, tornou-se inviável a participação de todos os representantes de Núcleos e Postos na visita estudo à Europa, como havia sido cogitado anteriormente. A visita se dará em junho e os países de destino serão: Espanha, Portugal e Itália. Diante da impossibilidade da participação de todos na missão, foi enfatizada a importância de se estabelecer um compromisso de replicação dos conhecimentos, contatos e informações dos representantes que forem com os demais.

○ **II PNETP**

Foi realizado, pela facilitadora Ofélia, um breve exercício visual de identificação das ações de Núcleos e Postos no II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A ideia central foi a de que a Rede de Núcleos e Postos pudesse visualizar, de forma articulada, a sua participação direta e indireta, enquanto Rede, nas diversas atividades e metas, propostas ao longo dos quatro anos de implementação do Plano. Dentre outros aspectos, tão logo decretado oficialmente o II Plano, espera-se articular as prioridades locais, estaduais, regionais e nacionais, mapeando quem são os atores envolvidos nos processos, e planejar estratégias de aproximação entre os diferentes níveis federativos envolvidas na implementação do II PNETP.

- **Por fim, foi reiterada a informação aos participantes de que, ao longo da IV Reunião, as servidoras Angela Ansileiro e Priscilla Mercadante estariam realizando atendimento individualizado aos representantes de Núcleos e Postos para tratar de questões específicas dos convênios.**

DIA 28 – TARDE

**Atividade: Construção de Fluxos,
Procedimentos e Instrumentos de
Atendimento e Identificação de Vítimas de
ETP**

Informações Gerais

Facilitadora: Ofélia Ferreira da Silva

Apoio: Tatiana, Bruno e Ana Luiza (Observadores).

Antes do início da atividade foi anunciada a presença da representante da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, Maria Angélica Breda Fontão, acompanhando os trabalhos da manhã. Maria Angélica aproveitou a oportunidade para enfatizar a importância da SPM/PR estabelecer uma relação mais direta e estreita com a Rede de Núcleos e Postos. Também aproveitou a oportunidade para entregar um exemplar da Coleção Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, publicada pela Secretaria, a cada representante da Rede de Núcleos e Postos.

Objetivo: Harmonização dos fluxos de atendimento da Rede de Núcleos e Postos

A atividade propôs um momento de compartilhamento dos conhecimentos acumulados pela Rede de Núcleos e Postos através do mapeamento dos fluxos criados em cada contexto de trabalho das equipes no processo de atendimento às vítimas e potenciais vítimas de tráfico de pessoas.

A proposta foi desenhar o passo-a-passo do atendimento que os Núcleos e Postos realizam para uma visualização coletiva de cada processo. Com isso, foi possível identificar o que é específico a diferentes contextos, tipologias do crime, perfil de vítimas, além de construir um consenso sobre o que pode ser generalizado pelo fato de ser comum a todas as situações. O exercício proposto utilizou uma metodologia participativa e construtivista.

A proposta metodológica apresentada propunha, ao final desta sessão, acordar alguns fluxos harmonizados a serem adotados de forma experimental por Núcleos e Postos, como uma pilotagem que resultaria em recomendações de ajustes a serem compartilhadas na próxima reunião técnica da Rede, quando oportunamente se promoveria novos ajustes nas propostas de fluxo para a melhoria de um modelo harmonizado a ser empregado por todos da Rede no Brasil, uma vez aprimorada sua estrutura e lógica de funcionamento.

Etapas do trabalho da sessão:

- 1) Procedeu-se à apresentação da metodologia desenvolvida na atividade e à explanação de algumas contribuições conceituais relacionadas ao desafio de construir procedimentos e mecanismos estándares de atendimento
- 2) Apresentação sobre um modelo *standard* de fluxo de atendimento que implica em três momentos: o 1º Momento, da triagem ou acolhimento inicial do caso para coleta inicial de informação; o 2º Momento, de diagnóstico do caso, confirmação se um caso de TP, e verificação de detalhes de demandas e necessidades da vítima; e o 3º Momento, de assistência e proteção continuadas, e monitoramento do caso, efetivados tanto em parceria com outros atores da Rede como pela equipe interdisciplinar;
- 4) Divisão dos representantes de Núcleos e Postos em cinco grupos para o desenho dos fluxos, podendo expressar um caso concreto de atendimento ou uma construção ideal que representasse uma boa prática em atendimento.

5) Os fluxos construídos em grupo foram submetidos à avaliação de todos os participantes, através de um circuito de análise coletiva de cada fluxo desenhado. Assim, eles foram avaliados, discutidos por todos os participantes, modificados conforme o conhecimento coletivo do grupo e, depois do processo de diálogo coletivo, três fluxos foram validados pelo grupo, sendo aptos para serem experimentados em processos concretos de trabalho pelos Núcleos e Postos, um fluxo foi considerado inválido por não traduzir um fluxo real de atendimento, e um fluxo foi considerado como necessário de ser submetido à análise de outros especialistas para um feedback mais aprofundado, antes de serem experimentados na rotina de trabalho real de Núcleos e Postos.

ENCAMINHAMENTO: Uma devolutiva com a documentação revisada dos fluxos validados será feita posteriormente pela Coordenação de ETP da SNJ, assim como será conduzido o processo de coleta de feedback sobre o fluxo que requer análise de atores externos à IV Reunião Técnica, o qual também resultará em um documento a ser submetido à Rede e por ela validado.

DIA 29 – MANHÃ

Atividade: Trabalho na Identidade Visual

Informações Gerais

Facilitadora: Ofélia Ferreira da Silva

Apoio: Bruno e Ana Luiza.

Na III Reunião Técnica dos Núcleos e Postos ficou definida a necessidade de adoção de uma identidade visual única para toda a Rede, e o compromisso assumido pela Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em contribuir para essa construção.

Nesse sentido, no início do ano foi solicitada à Rede que compartilhasse as logomarcas já existentes e em utilização, como inspiração e ponto de partida, para a construção de uma identidade visual unificada. Compreende-se que a criação unilateral de uma identidade visual específica para toda a Rede não é a forma mais adequada de se trabalhar a questão. Com as dificuldades de construir um consenso à distância sobre um tema que traz dificuldades pela natureza do produto (de criação gráfica) e pela própria complexidade do fenômeno do tráfico de pessoas, foi proposta a presente atividade com o intuito de acordar pontos básicos e encaminhamentos concretos para a construção de uma identidade visual compatível com as necessidades da Rede.

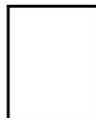
A partir dos subsídios e recomendações produzidos durante esta atividade, a metodologia proposta previa o seu repasse a profissionais que pudessem elaborar uma proposta de identidade visual, que seriam então submetidas à votação e escolha pelos Núcleos e Postos. Acordou-se que os Núcleos

de NETP/SP – Juliana, NETP/RS – Aléxia, NETP/RJ – Graziella, NETP/DF – Valdir, NETP/AL – Thaísa – NETP/AL e NETP/MG – Fernanda buscariam parceiros locais que pudessem receber os subsídios e recomendações feitas nesta reunião técnica e apresentar uma proposta de identidade visual.

O conjunto dos subsídios e recomendações feitas pelos participantes da IV Reunião Técnica, durante esta sessão de *brainstorm* foram:

1. A proposta de cada Núcleo e/ou Posto que se voluntariou a buscar uma parceira para criar uma identidade visual, se alcançada, deverá ser apresentada em arquivos que qualquer computador possa abrir (tif, jpg); isso é para que possamos abrir os arquivos com as propostas;
2. A proposta também deve ser enviada em dois arquivos pdf, um de baixa definição (para uso em produções para web) e outro de alta definição (para uso em impressões), e esses já em programas próprios para desenho gráfico;
3. A proposta deve trazer uma logo colorida, uma versão da mesma logo em branco e preto, e uma versão da logo vazada;
4. A proposta já deverá trazer o texto com o nome de: Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ou Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante na sua relação com a logo, em cada uma das três versões (em cores, em preto e branco e vazado);

Por exemplo:



Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

OU

Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante



5. Segue o *brainstorm* da equipe nacional de Núcleos e Postos para orientar a criação da identidade visual:

i) Como você explicaria em palavras a identidade de um conjunto de Núcleos e Postos de ETP? Qual é a imagem mental que vocês querem construir para quem for exposto a esta imagem?

Uma imagem de:

- Integração, cooperação e complementação;
- Imagem mental deve ser positiva;
- Imagem da identidade visual deve estar ligada à idéia de acolhimento;
- Imagem associada a ser humano, independente de cor, raça, idade, gênero, religião, cultura;
- Enfatizar cores nacionais;
- Ser humano pensado de forma global;
- Que mostre rede e articulação;
- Não associação a imagens degradantes;
- Perspectivas positivas para o futuro, uma simbolização de horizonte;
- Imagem limpa, sem muitos elementos, porque uma imagem muito cheia de elementos pode confundir.

ii) O que não deveria estar incorporado nessa imagem mental? O que deveria ser evitado?

Deve ser evitado:

- Imagens angustiantes;
- Algo que identifique e restrinja a imagem, particularizando-a a alguma identificação de raça, cor, gênero, cultura, religião;
- Deve aparecer o ser humano que contemple uma visão de igualdade universal;
- Não usar cores ligadas explicitamente a políticas de governo de qualquer nível;
- Evitar usar letras na cor preta para evitar associação com a questão racial;

iii) O que diferenciaria essa imagem mental de todas as outras formas e políticas de proteção de direitos humanos (por exemplo: para a infância, para as mulheres, para o público LGBT, de proteção aos direitos dos trabalhadores etc)?

O que terá de diferença:

- O respeito às diretrizes dos itens anteriores 1 e 2 ;
- Evitamos cores “de política para as mulheres” como o rosa e o lilás;
- Evitamos cores da política LGBT: arco-íris;
- Evitamos imagens relativas à política de trabalho como a ligada ao campo. Ex.: enxada. Chapéu;
- Usar cores mais neutras, como o laranja, o verde ou o azul;
- Imagem: pensar numa imagem mais global, brasileiros também são vítimas de tráfico no exterior; também temos que proteger pessoas aqui; cooperação internacional deve ser levada em conta;
- Pensar imagem voltada ao ser humano, independente de território, sob o fundamento de que a política migratória e a realidade do tráfico humano são a inexistência de fronteiras.

Votação sobre a forma de decidir por uma única identidade visual:

Por meio de votação, na V Reunião Técnica, será definida a logomarca a ser adotada pela Rede de Núcleos e Postos, dentre todas as propostas apresentadas. Enquanto isto, todos seguem usando seus logos normalmente ou produtos provisórios. Na V Reunião Técnica também será definido o marco de uso, a partir do qual será mandatória a adoção da logomarca nas peças e materiais publicitários elaborados e usados pela Rede de Núcleos e Postos, tais como, cartazes, folders, cartilhas, páginas da Internet, etc., se 2013 ou 2014.

DIA 29 – TARDE

Atividade: Apresentação das ações e planejamento dos Núcleos e Postos

Essa atividade consistiu na apresentação, por cada Núcleo e Posto, de um “ppt” contendo a resposta a três questões de orientação que a CETP enviou aos participantes, a saber:

- 1) Para o Núcleo/ Posto do qual você faz parte, quais foram as quatro lições mais relevantes aprendidas em 2011?
- 2) Dentre as atividades desenvolvidas pelo Núcleo/ Posto do qual você faz parte, eleja as quatro mais importantes para 2012.
- 3) O que, a partir da experiência local do Núcleo/ Posto do qual você faz parte, vale a pena ser compartilhado como ensinamento e recomendação para replicação em rede nacional?

A seguir, segue uma síntese geral dos principais pontos levantados pelos Núcleos e Postos presentes:

- a) Há grande necessidade de formação dos agentes (tanto os agentes internos dos Núcleos e Postos, quanto os agentes públicos de Segurança Pública).
- b) É importante pensar na estrutura física dos próprios Núcleos e Postos para que os projetos possam ser estruturados.
- c) É importante que os Estados que já possuem Comitês, Políticas e Planos Estaduais socializem como se deu o processo de construção desses espaços/instrumentos. Essas experiências podem ajudar os novos Núcleos a se organizarem na articulação do cenário político que favoreça o avanço na implementação de tais mecanismos.
- d) Existe uma articulação significativa de alguns Núcleos com instituições de outros Estados-Nações na região de fronteira.
- e) É importante a atuação multidisciplinar dos serviços prestados nos Núcleos e Postos para atender e identificar os casos, de modo que a existência de: (1) assistente social, (2) advogado e (3) psicólogo são itens de primeira necessidade na estruturação da equipe de

- um Núcleo e/ ou Posto, conforme previsto na Portaria 31 da SNJ.
- f) É vital que haja a formação de memória institucional dos Núcleos e Postos. Devem-se registrar dados a respeito dos atendimentos, denúncias e casos. Essa é uma necessidade para que os trabalhos sejam perpetuados, sem a necessidade de retrabalho ao final de uma gestão e início de outra.
 - g) A interlocução com os Municípios é uma necessidade. Ela surge na medida em que os Municípios podem capilarizar as ações empreendidas pelos Núcleos e Postos, além de ter um poder de sensibilização mais direto. Há casos, como os dos Postos do Galeão e Guarulhos, que ela é importante inclusive para sua própria existência, já que os convênios de implementação de tais estruturas foram firmados diretamente com o Município.
 - h) Ações em grandes eventos: são momentos importantes para que uma estratégia nacional de mobilização e sensibilização da sociedade pode ser usada de forma massiva. As campanhas informativas podem tomar diversas formas (rádio, ônibus itinerante, uso de sites), mas nesses momentos elas ganham grande projeção.
 - i) Deve existir um alinhamento entre a Rede de Núcleos e Postos e o Departamento de Polícia Federal e INFRAERO. Eles são parceiros centrais para que a rede de proteção às vítimas se fortaleça. Além disso, a sensibilização desses atores pode facilitar a troca de informações e encaminhamento de potenciais vítimas à Rede.

Como sugestão, os participantes sugeriram que uma nova pergunta fosse acrescentada às demais no ppt: “Quais são as principais dificuldades enfrentadas em seu trabalho no Núcleo/ Posto”? Nesse sentido, debruçar-se sobre as dificuldades estruturais e rotineiras da Rede pode ser um momento extremamente rico para a busca de soluções coletivas e trocas de experiências.

DIA 30 – MANHÃ

Atividade: Exercício de elaboração de formulário unificado de atendimento às vítimas
Facilitadora: Ofélia Ferreira da Silva

Com o objetivo de harmonizar os registros de atendimento às vítimas atendidas pelos Núcleos e Postos, essa atividade se propôs a construir entendimentos sobre as informações/conteúdo essenciais (*core*) que devem conter em um formulário de atendimento unificado.

Como ficou evidenciado na III Reunião Técnica, a criação de um formulário unificado pode contribuir para garantir um atendimento humanizado às potenciais vítimas, contribuindo, assim, para a harmonização tanto dos procedimentos de atendimento como da forma de coleta das informações necessárias à correta e completa identificação da vítima entre os diferentes atores envolvidos na proteção e garantia dos seus direitos, além de permitir a geração de estatísticas de

forma harmonizada sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil.

A metodologia proposta não objetivou desenvolver um formulário unificado que impedisse ou limitasse as necessidades de informações locais de cada realidade específica. A proposta de trabalho garantiu que as particularidades regionais sejam consideradas em cada formulário quando da sua adoção por cada Núcleo e/ou Posto. Coube a essa atividade, inclusive, detectar as necessidades da existência de campos específicos de registro que dessem conta da realidade plural da Rede.

Igualmente à sessão de harmonização de fluxos, esta atividade resultou em um acordo básico em termos de conteúdos de informação e procedimentos de coleta desses dados no primeiro contato com a vítima. Tais instrumentos deverão também ser experimentados em um período de pilotagem, sendo submetidos ao uso cotidiano no trabalho concreto de Núcleos e Postos para então sofrerem modificações e ajustes necessários ao seu aprimoramento, na direção da construção de um acordo nacional para a harmonização desses mecanismos, permitindo a futura compatibilização de dados nacionais, bem como uma prática comum a todos os membros da equipe em termos do seu diálogo com as vítimas durante o atendimento direto.

Etapas do trabalho da sessão:

1) Os conteúdos comuns levantados a partir da análise dos formulários e fichas já utilizados pelos Núcleos e Postos e de outras fontes na literatura disponibilizada pela SNJ e pelo ICMPD sobre o tema foram apresentados aos participantes. Foi explicado que o objetivo geral da atividade proposta contribuiria para envolver a Rede de Núcleos e Postos na construção de um sistema harmonizado nacionalmente de atendimento às vítimas.

2) Os participantes dividiram-se em grupos para discutirem de forma mais profunda a lista de conteúdos, procurando verificar quais conteúdos básicos estavam ou não estavam contemplados na lista e, se necessário, que mudanças deveriam ser feitas ou que outros conteúdos deveriam ser acrescentados. Além disso, foi pedido que cada grupo gerasse recomendações sobre os procedimentos e condutas de comportamento dos membros da equipe técnica no momento da coleta das informações, considerando a necessidade e importância de garantir um atendimento humanizado evitando a re-vitimização da pessoa atendida pelo Núcleo e/ou Posto. A partir daí, cada grupo redigiu um breve relatório com observações e sugestões para a lista de conteúdos e expôs seus comentários à plenária.

3) As sugestões encaminhadas por escrito pelos grupos que participaram da atividade proposta estão sistematizadas a seguir:

a) Grupo de Postos (Posto RJ, Posto CE e Posto SP)

- separar sexo por orientação de gênero;
- item endereço: o endereço no Brasil e no exterior seriam importantes;
- item ocupação: colocar ocupação no Brasil e no exterior;
- se estrangeiro: colocar país de origem do vôo;

- tempo no país: inserir tempo que pretende ficar no país;
- item motivo da viagem: acrescentar linhas para maior descrição;
- item companhia aérea: inserir número do voo;
- como chegou ao núcleo e posto: não colocar lista;
- se tem relatos: que o relatório acompanhe a vítima durante os encaminhamentos;
- na metodologia utilizada por alguns: no caso de deportados e inadmitidos teriam outras informações utilizadas por alguns Estados;
- descritores de TP: sugestões se a vítima arcou com os custos da passagem ou não.

b) Grupo de Núcleos de Fronteiras (AP, R, AM, PR, PA)

- Devido ao pouco tempo de existência de alguns Núcleos do grupo (três participantes novos) houve um maior compartilhamento de experiências do PA e AM;
- adicionar item: identificar número de atendimento, número de registro;
- quadro geral: informar se tem deficiência e qual tipo;
- se estrangeiro: como chegou ao país, qual meio de transporte, se houve intermediário;
- se brasileiro: a procedência e motivo da viagem;
- quadro situação: incluir por quais países passou;
- que o atendimento seja feito por pessoa na língua que a vítima fala – que os núcleos e postos das fronteiras tenham domínio de língua estrangeira.

c) Grupo de Núcleos 1 (RJ, RS, BA, CE e PE)

- Dados pessoais e não identificação geral;
- Campo sexo: colocar identidade de gênero;
- endereço: colocar onde reside ou residia, e acrescentar um segundo endereço, pois a vítima pode não querer ser localizada pela família, mas sim por amigos;
- Ocupação: colocar profissão;
- Campo raça e etnia: colocar religião;
- Campo documentação: separar os campos e colocar título eleitoral no item consulado;
- Contato trocar para: telefone fixo e celular e contato de referência;
- Observar: país de origem, país de destino e/ ou país de trânsito.

d) Grupo de Núcleos 2 (DF, AM E AL)

- primeiro campo: colocar data e horário de atendimento, tanto de chegada como da finalização do atendimento;
- identificação geral: abrir campo da orientação sexual e identidade de gênero;
- se há necessidade de intérprete: seja o primeiro item;
- endereço no Brasil: acrescentar residência no Brasil, último endereço e endereço atual;

- grupo estrangeiro: acrescentar RNE, identidade nacional e filiação;
- estrangeiro: incluir consulados;
- como chegou ao Núcleo ou Posto: texto livre e pergunta mais generalizada;
- aspecto físico-emocional: descreva aspectos físico-emocionais que a vítima apresenta;
- situação socioeconômica: trocar por atual situação socioeconômica da vítima com texto livre;
- colocar campo para todas as modalidades do tráfico;
- recrutamento: colocar forma de recrutamento;
- colocar promessas ofertadas pelo aliciador; texto livre para todas as informações sobre o aliciador – físico, o que fazia, como era, etc.
- encaminhamentos: inserir o nome completo do técnico que atenderá, inserindo a assinatura da vítima;
- se estrangeiro: incluir passaporte – registro de visto e passagem;
- acrescentar fotos da vítima.

e) Grupo de Núcleos 3 (DF, PE, GO e MG)

- criar sistema de filtro a identificação da vítima caso tenha passado pelo posto ou núcleo, para não gerar duplicidade de informações;
- acrescentar a opção transgênero;
- se estrangeiro: informação sobre interprete;
- junto à assinatura do atendente: colocar cargo e função;
- de que forma deve ser feito o atendimento: “escute com atenção a vítima... não julgue a vítima, nem sua trajetória... escuta livre da vítima... após a escuta, inicie preenchendo o questionário...”
- trocar identidade de gênero por opção sexual.
- quem seria o profissional que faria a primeira escuta, dando opção de escolha à vítima de poder falar com advogado, psicólogo, etc. Deixando a vítima livre para escolher por qual profissional deseja ser atendida.

4) Após as contribuições orais, procedeu-se com a discussão para acordar no grupo quais sugestões feitas pelos participantes não seriam aceitas:

- Retirar da ficha a identificação da religião da vítima por não ser relevante; votação: (14 votos) fica religião – (04 votos) religião sai;
- Retirar da ficha a foto por não ser necessária; argumento alternativo apresentado é que a foto seria um campo opcional e não é mandatório, desde e sempre que autorizada pela vítima; votação: foto como opcional e autorizada pela vítima (09 votos), contra fotos (07 votos), abstenções (03 votos)

ENCAMINHAMENTO: Uma devolutiva sobre os conteúdos acordados para o formulário harmonizado de atendimento às vítimas será dada posteriormente pela Coordenação de ETP da SNJ, sintetizando as contribuições dos participantes nesta sessão. A partir daí, a

Rede fará a experimentação de uso do formulário harmonizado para identificar lições aprendidas e ajustar os mecanismos próxima reunião técnica.

DIA 30 – TARDE

Atividade Exercício de síntese - Construção de consensos para uma agenda mínima da Rede de Núcleos e Postos.

Facilitadores: Bruno e Tatiana

Essa atividade foi proposta na tentativa de se construir uma agenda mínima comum de trabalho conjunto para a Rede de Núcleos e Postos durante o ano de 2012. A partir das apresentações das ações e planejamento dos Núcleos e Postos realizadas no dia anterior, das lições aprendidas em 2011, das atividades prioritárias a serem desenvolvidas em 2012 e das experiências que valeriam a pena serem replicadas em nível de Rede, a equipe da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas procurou realizar uma síntese dos principais pontos comuns apresentados e que poderiam se traduzir em uma proposta de agenda comum de trabalho para a Rede.

1) Metodologia:

Foram apresentadas, em forma de cartazes nas paredes, sete exemplos de boas práticas dos Núcleos e Postos, acompanhadas de respectivas diretrizes que generalizariam essas boas práticas. Dessa forma, a proposta seria que essas Diretrizes gerais fossem avaliadas e votadas para que, as quatro mais votadas, compusessem uma agenda mínima a ser cumprida no exercício de 2012.

Houve grande preocupação por parte de alguns Núcleos e Postos com a viabilidade do cumprimento de tal agenda. Contudo, foi esclarecido a todos que essa agenda deveria ser interpretada como uma baliza da Rede para a formulação de seu planejamento estratégico anual, ou seja, como guia de ações a serem alcançadas, sem caráter mandatório determinado. Assim, um acordo coletivo sobre algumas metas de longo prazo contribuiria para que, em futuras reuniões técnicas, Núcleos e Postos possam também debater e compartilhar suas experiências coletivas como Rede, para além das suas experiências e necessidades particulares como Núcleo e/ou Posto de forma mais individualizada.

2) Propostas mais votadas para uma agenda comum de trabalho da Rede durante o ano de 2012:

- I Articular com os Municípios;
- II Alimentar Memórias Institucionais;
- VI Capacitar a equipe dos Núcleos e Postos;
- VII Buscar parcerias com Universidades/Centros de Pesquisa para realização de pesquisas temáticas sobre etp.

Atividade: Diálogos e Experiências sobre fluxos de atendimento e de denúncia e do

Ministra das Relações Exteriores Luiza Lopes

Departamento de Assistência Consular
Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Palavras da Ministra:

- MRE presta assistência consular a brasileiros no exterior por intermédio de 180 postos consulares, prestando ações consulares rápidas em qualquer país, podendo removê-los com o objetivo a proteção de brasileiros no exterior. Como exemplo de trabalho realizado, há a assistência prestada a vítimas de violência e tráfico de pessoas. Esse é um dos grupos vulneráveis e é prioridade de atuação consular. As vítimas, contudo, não costumam procurar as autoridades consulares;
- A rede consular é instruída a fazer trabalhos itinerantes no sentido de aumentar a confiança da comunidade no agente consular. Geralmente, quando a vítima procura auxílio da rede consular é para retornar ao Brasil.
- Hoje há uma rede não governamental instituída em Lisboa, Barcelona, Milão, Amsterdã, Zurique, Genebra e outros locais atuando onde há casos de tráfico. Como ações adicionais, já foram realizadas plenárias livres no exterior, com a participação da comunidade brasileira, para a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- Disque 180 Internacional em funcionamento: Portugal, Espanha e Itália – com o *call center* na SPM em Brasília. As medidas são avaliadas pela atendente e posteriormente encaminhadas no que se fizer necessário. Nesse sentido, verifica-se que, na opinião da Ministra, o trabalho de assistência às vítimas é fruto de um trabalho de articulação com outros atores institucionais. Nesse sentido, o MRE tem parceria, por exemplo, com o Ministério do Trabalho e a Defensoria Pública da União.
- Vulnerabilidade: há 6 mil brasileiros jogadores de futebol nos seguintes países – Iran, Indonésia, Cingapura, Índia, dentre outros. Não só jogadores de futebol, mas também bailarinos(as), professores de capoeira, modelos, etc. Estas pessoas muitas vezes não são vítimas de exploração sexual, mas se enquadram também nas disposições previstas para tráfico de pessoas. Para isto, será feita uma cartilha para orientar sobre direitos e deveres para se trabalhar no exterior, com o objetivo da assistência consular preventiva. Para isso as parcerias no Brasil são muito importantes. A Cartilha será enviada para todos os Núcleos e Postos.

Delegado Delano Cerqueira Bunn

Chefe da Divisão de Direitos Humanos
Departamento de Polícia Federal

Palavra do Dr. Delano:

Dr. Delano iniciou a sua fala apresentando a Delegada Dra. Vanessa Gonçalves Leite de Sousa, como a nova chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas da Polícia

Federal.

Foram apresentadas, em ppt, várias iniciativas que estão em cursos ou planejadas no DPF relacionadas ao tema do ETP, a saber:

- Criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos – órgãos públicos e rede, onde cada modalidade criminosa de atribuições irá alimentar as bases de dados do DPF;
- Criação da delegacia de direitos humanos;
- Criação da carta de serviços disponível no site da DPF – ainda a se fazer – para mostrar o que o DPF pode fazer em matéria de direitos humanos;
- Revisão do manual de crimes violadores de Direitos Humanos;
- Curso de formação policial dos próximos concursos do DPF de delegados, agentes, escrivães e papiloscopistas com módulos em Direitos Humanos e, por conseguinte, ETP;
- Plano anual de inspeção das unidades descentralizadas;
- Plano anual de capacitação;
- Fluxo interno de investigação de Tráfico de Pessoas na DPF – notícia crime, investigação preliminar e inquérito policial;
- há a disposição de produzir videoconferências para tratar de crimes violadores de direitos humanos, basta entrar em contato previamente com Dr. Delano para que essa agenda seja marcada;

Além do planejamento e das estratégias do DPF, foi apresentado um estudo de caso – Posto de Guarulhos:

- presos em flagrante: um guia e uma agenciadora;

FALAS DOS NUCLEOS E POSTOS para DPF e MRE:

1) Graziela (Núcleo do RJ) – relata casos de mulheres deportadas que não foram assistidas pelos departamentos consulares nos países deportadores, e quando são deportadas vem sem documentos. Essas pessoas costumam vir com apenas uma autorização de viagem, o que dificulta o recambio interno no Brasil;

- Resposta à fala do Núcleo/RJ – quem fica sem passaporte hoje é o brasileiro extraditado, uma vez que é procurado pela justiça brasileira porque está respondendo por algum crime;

2) Murillo (Núcleo do PA) – Pará cobre as rotas entre Brasil e Guiana Francesa, dos garimpos irregulares. Como os Núcleos e Postos podem se aproximar do MRE?

- E-mail da divisão de assistência consular: dac@itamaraty.gov.br –Tel: (61) 2030-6456 /2030-8804
- Ministra gostaria de ter a lista de contatos de Núcleos e Postos;
- ouvidoriaconsular@itamaraty.gov.br – reclamações e notificações de casos de um dos 180 postos consulares no exterior;

3) Juliana (Núcleo SP) – ONG suíça, Projeto Resgate, enviou e-mail sobre dados de recambio, cujo trabalho estaria sendo referendado pelo Conselho Nacional de Justiça.

- o projeto comentado por SP deve ser da OIM: entidade do sistema ONU, com escritório em Genebra, porém não detém verba para projetos bilaterais, com recursos externos direcionados aos recâmbios para brasileiros no exterior. Não há conhecimento de que o

CNJ esteja envolvido com qualquer projeto desta natureza por ser um órgão normatizador;

Finalização e Avaliação do Encontro

Feedback avaliativo e propostas para futuras reuniões apresentadas pelos participantes:

1. Considerar o uso do equipamento do DPF para realizar videoconferência entre Núcleos e Postos, possivelmente antes da próxima Reunião Técnica de São Paulo;
2. O uso de um Facilitador foi importante, de modo que seria interessante mantê-lo para os próximos encontros;
3. A Agenda poderia ser mais leve, para dar mais oportunidade para uma maior problematização aos temas em pauta, mais tempo para os debates e, como resultado, maior intercâmbio entre os participantes;
4. Controle do tempo de debates poderia ser uma ferramenta para se evitar falas muito longas;
5. Os horários de início de cada atividade devem ser respeitados de acordo com o que está previsto na programação da reunião a fim de se otimizar o trabalho planejado;
6. Convidar profissionais/pesquisadores que estudam o tema do tráfico de pessoas na área da saúde para participar de uma das reuniões técnicas;
7. Convidar novamente o Departamento de Polícia Federal em futura reunião técnica a fim de se aprofundar os temas referentes à investigação policial, segurança no controle das informações, etc;
8. A Rede de Núcleos e Postos deve aproveitar os espaços das reuniões técnicas para afinar seu discurso enquanto Rede, privilegiando o entendimento coletivo e a harmonização dos procedimentos e ações.

A IV Reunião Técnica teve como objetivos originais:

- Fortalecer a Rede de Núcleos e Postos;
- Fortalecer a cooperação entre a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP/DEJUS/SNJ/MJ - e a Rede de Núcleos e Postos;
- Estimular o intercâmbio de experiências e informações dentro da própria Rede de Núcleos e Postos;
- Avançar na harmonização de fluxos e procedimentos ou protocolos de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas;
- Construir identidade visual única para a Rede de Núcleos e Postos;
- Construir agenda mínima de trabalho compartilhado entre a Rede de Núcleos e Postos para 2012;

Considerando os resultados alcançados nos debates técnicos, pode-se considerar que a reunião foi exitosa em:

- gerar um maior entendimento quanto à necessidade e importância de harmonizar as formas de trabalho entre Núcleos e Postos, permitindo que haja um efetivo fortalecimento coletivo da Política Nacional de ETP, em decorrência da adoção cada vez mais progressiva de procedimentos de trabalho institucionalizados e tornados independentes de personalizações ou influências pessoais; quanto maior a certeza de que as instituições operam de forma sistêmica, menos riscos corre a Política Nacional de ser interpretada por vontades individuais e, conseqüentemente, mais proteção aos direitos das vítimas é garantido;

- iniciar acordos básicos de trabalho em temas técnico-operativos concretos, como fluxos, formulários e procedimentos de trabalho que permitiram compatibilizar dados, gerar referenciamentos uniformes etc;

- dar seguimento em acordos de uma identidade de Rede para o conjunto dos Núcleos e Postos, sem que isso resulte em detrimento de suas necessárias identidades individuais em seus espaços estaduais e municipais; a expressão desse avanço se dando através do processo de construção de uma marca visual para o seu trabalho conjunto e de uma agenda comum mínima de trabalho que contribui para levar o grupo - como um coletivo - para além dos debates particulares de cada individualidade institucional;

- posicionar a Rede como um coletivo com poder de articular suas necessidades nacionais e visões críticas em relações a outros parceiros, em diálogos não somente bilaterais ou concentrados através da Secretaria Nacional de Justiça, mas apresentando-se como um coletivo que se posiciona nacionalmente frente a parceiros que também devem dar respostas nacionais, como foi o caso do Ministério das Relações Exteriores e a DPF.

Assim, a IV Reunião Técnica se configurou numa oportunidade valiosa de intercambio de maiores conhecimentos, construção de acordos, reconhecimento de parcerias, capacitações continuadas e posicionamento coletivo pela Rede de Núcleos e Postos no Brasil.